

Por Rafael Machado

Paulo Rebello, da ANS, participou de evento com juízes sobre a judicialização da saúde e falou com Futuro da Saúde que cooperação entre CNJ e agência é caminho para reduzir a judicialização na saúde suplementar

A judicialização da saúde segue como tema central para redução de custos e sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e da saúde suplementar. Após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que estabeleceu regras mais criteriosas para o fornecimento de medicamentos via judicial, a saúde privada agora busca se aproximar do Judiciário.

Em entrevista ao Futuro da Saúde, Paulo Rebello, diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), disse que a assinatura de um acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve ocorrer nesta semana e foca na extensão dos pareceres técnicos-científicos dos Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NATJUS), que servem para embasar as decisões de juízes com critérios técnicos-científicos.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Futuro da Saúde, em 11.11.2024